

Com base no texto de Herton Escobar, publicado no volume 348 da revista *Science*, responda as perguntas apresentadas abaixo em português. Respostas escritas em inglês serão desconsideradas. Evite copiar e traduzir trechos inteiros do texto, pois o objetivo deste exame é mediar a capacidade de compreensão de um texto em língua inglesa e não a capacidade de tradução literal acrítica. O uso de dicionário é permitido.

1) O que aconteceu com a remessa de Onychophora (vermes de veludo) enviada à Alemanha pelo pesquisador do Instituto Butantan? Qual o motivo do ocorrido?

Resposta:

A remessa foi confiscada por autoridades brasileiras e o remetente (Carlos Jared) foi acusado de biopirataria.

O motivo foi a falta de preenchimento, por parte do remetente, de toda a papelada que a lei MP 2186, de 2001, demanda.

2) Quais os benefícios práticos da (então) nova lei sobre biodiversidade assinada pela presidente Dilma Rousseff em maio de 2015?

Resposta:

A nova lei elimina boa parte dos problemas burocráticos e incentiva o estudo sobre a biodiversidade nacional.

3) O que motivou a aprovação da lei MP 2186, de 2001? Qual o efeito colateral danoso que esta lei gerou?

Resposta:

A lei foi aprovada em resposta a um contrato entre a empresa sem fins lucrativos Bio-Amazônia e Novartis, que deu ao segundo, direitos exclusivos para a investigação, registro de patentes e venda de produtos derivados de micróbios coletados na Amazônia brasileira. Embora o objetivo do MP 2186 fosse combater a biopirataria, a compreensão sobre o texto da lei lançou suspeitas sobre práticas de pesquisa, mesmo em pesquisa básica sem fins lucrativos ou de registro de patentes. Assim, tornou-se muito difícil para pesquisadores brasileiros conseguirem licenças de coleta, impedindo a realização de pesquisas em áreas que não tem nenhuma relação direta com a indústria farmacêutica.

O efeito danoso é que, claramente, a lei é enfocada em pesquisa para desenvolvimento tecnológico para fins comerciais, embora vinha sendo aplicada à qualquer atividade de pesquisa envolvendo biodiversidade. O motivo do imbróglio se deve ao fato que, segundo a lei, um pesquisador deveria assinar um termo de partilha de benefício de qualquer produto gerado com um grupo indígena identificado para um referido produto. Tal termo teria que ser assinado antes da realização da pesquisa, o que é impeditivo, já que um pesquisador não sabe de antemão qual será o resultado alcançado antes de realizar aspectos básicos de pesquisa, como a coleta no campo.

4) Como a nova lei, de 2015, altera a realização de pesquisa básica em biodiversidade no Brasil? Qual o aspecto negativo quanto à nova lei?

Resposta:

Segundo a nova lei, os cientistas brasileiros não precisam pedir ao CGEN permissão para fazer pesquisas. Tudo o que eles devem fazer é registrar seu projeto em um banco de dados e documentar a permissão do grupo indígena apropriado. Além disso, há uma clara diferenciação entre pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico para fins comerciais.

O aspecto negativo é que a lei não é clara sobre os direitos das comunidades indígenas e locais, especificamente, no que diz respeito à retenção do acesso aos conhecimentos tradicionais gerados por eles.

5) Qual a conclusão do problema que ocorreu com o pesquisador Carlos Jared, do Instituto Butantan?

Resposta:

Carlos Jared finalmente pode reaver os espécimes, que estavam salvaguardados (depositados) no Museu de Zoologia da USP, e foram devolvidos ao Instituto Butantan. Entretanto, como o autor do texto conclui de maneira irônica, a oportunidade de pesquisa se perdera, já que os colegas alemães de Carlos já estariam aposentados.